

## **TERMO DE REFERENCIA**

### **1. OBJETO**

Aquisição de 01 (um) motor elétrico (indução gaiola) trifásico 600 CV 04P 315 G/F 2.300 V C/3 Term. 60 Hz B3D IP 55 AT – 1,2Kv a 5,0Kv para a EEAB Mogi-Guaçu.

### **2. JUSTIFICATIVA**

A finalidade da aquisição de um novo motor em substituição a um dos motores que compõem os dois conjuntos motor x volante de inércia x bomba da EEAB Mogi-Guaçu, visa restabelecer a garantia de fornecimento de água para a ETA vindo da captação do rio Mogi-Guaçu, uma vez que trabalhando apenas com um conjunto, sem reserva de um segundo, poderia acarretar em uma paralização do fornecimento de água da EEAB Mogi-Guaçu comprometendo o fornecimento regular de água tratada para o município, especialmente em períodos de estiagem, onde é primordial a captação de água do rio Mogi para preservar os níveis de água de nossas represas.

### **3. ESPECIFICAÇÕES**

Motor elétrico (indução gaiola) trifásico 600 CV 04P 315 G/F 2.300 V C/3 Term. 60 Hz B3D IP 55 AT- 1,2Kv a 5,0Kv ou equivalente conforme especificações abaixo:

- Alimentação Trifásico
- Altitude 1000 m.a.n.m.
- Categoria/ design não aplicável para motores acima de 1000 V, conforme Norma NBR 17094
- Classe de Isolamento F(DT=80K)
- Fator de serviço 1,00
- Frequência 60 Hz
- Grau de proteção IP 55
- Material Invólucro Ferro
- Método de Partida Inversor de Frequência
- Norma IEC
- Refrigeração
- Regime de Serviço S1 contínuo, conforme Norma NBR 17094 da ABNT
- Sentido de Rotação Horário (olhando para ponta do eixo dianteiro do motor)

- Temperatura Ambiente Máxima 40º C
- Temperatura Ambiente Mínima – 20º C
- Tipo de acoplamento Direto
- Plano de pintura 214P
- Cor RAL 5009
- Pintura interna na caixa de ligação na cor Munsell 2,5 YR 6/14
- Mancais com pino graxeiro prolongada
- PT 100 com 03 cabos (instalado no bobinado) – 2 por fase
- PT 100 com 03 cabos (mancal dianteiro e traseiro)
- Resistência de Aquecimento 110-127/200-240 V
- Caixa de ligação Adicional 3 x RWG ¾
- Caixa de ligação sem prensa cabos
- Placa de bornes
- Motor apto a operar com inversor de frequência, com frequência mínima de 40 Hz
- Motor apto a operar com inversor de frequência, com frequência máxima de 60 Hz
- Conjugado: Parabólico
- Vedação Labirinto taconite
- Mancal traseiro isolado com tampa
- Kit Porta Escova na Dianteira
- Material da Placa Principal Aço Inox 304
- Planicidade dos pés

#### **4. ATENDIMENTO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE**

- 4.1.** A empresa licitante é obrigada a cotar produtos que atendam integralmente todas as normas técnicas vigentes.

#### **5. ATESTADO DE FORNECIMENTO**

- 5.1.** Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o fornecimento anterior pertinente e compatível com o objeto desta licitação, independentemente de quantitativos, com caracterização do bom desempenho da licitante.
- 5.2.** O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou

cópia reprográfica, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.

## **6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

- 6.1.** O prazo de entrega do equipamento será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

## **7. CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

- 7.1.** A entrega deverá ser realizada na EEAB Mogi Guaçu, BL Santana, no Município de Araras-SP, conforme coordenadas geográficas abaixo:

22°16' 48.75"S

47°12'36.77"O

UTM

272270.12 m E

7534491.43 m S

- 7.2.** O objeto será recebido pela Comissão Especial de Recebimento de Materiais a título provisório, para posterior conferência do equipamento entregue e a conformidade das suas especificações com as exigências constantes neste Termo de Referência, bem como no Edital da Licitação.
- a) A administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da apresentação do equipamento com a nota fiscal para aceitá-la ou rejeitá-la;
  - b) Na hipótese de rejeição, por entrega do equipamento em desacordo com as especificações, a contratada deverá repor o equipamento devolvido no prazo determinado pela Autarquia em comunicação efetuada pelo preposto do SAEMA.
  - c) A administração rejeitará o objeto entregue em desacordo com o contrato.
  - d) O equipamento que apresentar defeito de fabricação deverão ser substituídos no prazo máximo determinado pela Autarquia, contados da notificação do SAEMA, sendo de responsabilidade da contratada a retirada e entrega, incluindo todos os custos oriundos de tais operações.
  - e) No caso de rejeição do objeto, a substituição/troca será feita uma única vez.
  - f) O equipamento entregue deverá cumprir integralmente as especificações e marcas apresentadas na proposta escrita.

g) A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica na entrega do equipamento.

## **8. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

**8.1.** Não será exigido amostra.

## **9. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar ou neste Termo de Referência.

## **10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

### **Liquidação**

**10.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 28 (vinte e oito) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**10.1.1.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**10.1.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**10.1.2.1.** O prazo de validade;

**10.1.2.2.** A data da emissão;

**10.1.2.3.** Os dados do contrato e do órgão contratante;

**10.1.2.4.** O período respectivo de execução do contrato;

**10.1.2.5.** O valor a pagar; e

**10.1.2.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**10.2.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

- 10.3.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**Prazo de Pagamento**

- 10.4.** A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica na entrega do objeto, correrá o prazo de 28 (vinte e oito) dias para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período e o pagamento será efetuado no prazo de 2 (dois) dias contados da finalização da liquidação da despesa.
- 10.5.** Se ocorrer atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração far-se-á desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM: Encargos moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP= Valor da parcela em atraso.

I=Índice de atualização financeira

$I = 6/100/365$  (ou seja, taxa anual/100/365 dias)

$I = 0,0001644$

**Forma de Pagamento**

- 10.6.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.7.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.8.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.8.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 10.9.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições

abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 11.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 11.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 11.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 11.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 11.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização do Contrato**

- 11.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme ordena o art. 117 da [Lei nº 14.133, de 2021 e o Decreto Municipal nº 7.201/2023](#).
- 11.7.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
  - 11.7.1.** O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for

necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos moldes do § 1º do art. 117 da [Lei nº 14.133/2021 e do art. 20 do Decreto Municipal nº 7.201/2023](#).

- 11.7.2.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, nos moldes do inciso XVII do art. 20 do Decreto Municipal nº 7.201/2023.
- 11.7.3.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, os eventuais descumprimentos das obrigações previstas no instrumento convocatório e no contrato e as situações que demandem decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, nos moldes do inciso XVI do art. 20 do Decreto Municipal nº 7.201/2023.
- 11.7.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 11.7.5.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).
- 11.7.6.** O fiscal do contrato atuará em conformidade com os preceitos estabelecidos no art. 20, incisos I ao XXV, do Decreto Municipal nº 7.201/2023, no que for aplicável ao objeto em questão.

#### **Gestor do Contrato**

- 11.8.** Além das demais atribuições estabelecidas no [art. 19 do Decreto Municipal nº 7.201/2023](#), aplicáveis ao caso em questão, compete ao gestor do contrato:
- 11.8.1.** Manter o acompanhamento regular e sistemático do instrumento contratual;
- 11.8.2.** Controlar o prazo de vigência do contrato e de execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando, com antecedência razoável, à autoridade competente, quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do contrato vigente, quando admitida;
- 11.8.3.** Manter o Controle da atualização do valor da garantia contratual, procedendo, em tempo hábil, ao encaminhamento necessário à sua substituição e/ou reforço ou prorrogação do prazo de sua vigência, quando for o caso;
- 11.8.4.** Prover a autoridade superior de documentos e informações necessários à celebração de termo aditivo, objetivando as alterações do contrato previstas em lei, inclusive para

prorrogação do prazo do instrumento contratual, neste último caso, após verificação da vantajosidade da prorrogação, bem como da manifestação do fiscal do contrato sobre a qualidade dos bens entregues;

- 11.8.5.** Avaliar e se manifestar sobre os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato a serem decididos pela autoridade competente;
- 11.8.6.** Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- 11.8.7.** Decidir provisoriamente, de forma motivada, sobre eventual suspensão da execução contratual, elaborando o Termo de Suspensão;
- 11.8.8.** Adotar e registrar as medidas preparatórias para aplicação de sanções e/ou de rescisão contratual, realizando e coordenando atos investigativos prévios à abertura do processo, quando necessários, nas hipóteses de descumprimento de obrigações previstas no edital, no contrato e/ou na legislação de regência;
- 11.8.9.** Aplicar a sanção de advertência prevista [no inciso I do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#);
- 11.8.10.** Analisar a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato, conforme rol e condições dispostos no instrumento contratual e nas normas que disciplinam a execução da despesa pública, devolvendo-os ao fiscal do contrato para regularização, quando for o caso;
- 11.8.11.** Incluir e conferir as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária necessárias ao pagamento, quando cabível e na ausência de fiscal administrativo do contrato, e encaminhar ao setor responsável;
- 11.8.12.** Acompanhar as notas de empenho do contrato, solicitando o cancelamento de saldo, quando for o caso, respeitando a competência do exercício;
- 11.9.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

- 12.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.



## **Forma de Fornecimento**

**12.2.** O fornecimento do objeto será integral.

## **Exigências de Habilitação**

**12.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **12.3.1. Habilitação Jurídica**

- a) Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou Sociedade Identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade Empresária Estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.
- f) Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- h) Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**12.3.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b)** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com a Seguridade Social;
- d)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e)** Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- f)** Regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e quanto aos tributos relacionados com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de certidão pelo órgão competente, que terá validade de 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição, se outro prazo não estiver assinado por Lei no próprio documento.
- g)** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h)** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

- i) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas nos artigos 75 e 76 da Decreto Municipal nº 7.201/2023, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- j) As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

#### **12.3.3. Qualificação Econômico-Financeira**

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- c) Em se tratando de pessoa jurídica em estado de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentado, como condição para habilitação, cópia do plano de recuperação homologado/deferido pelo juízo competente, nos termos da Súmula 50 do TCESP, sem prejuízo do cumprimento dos demais requisitos de habilitação exigidos neste instrumento convocatório.

#### **12.3.4. Estimativas do Valor da Contratação**

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 401,497,67** (quatrocentos e um mil, quatrocentos e noventa e sete reais e sessenta e sete centavos).

#### **12.3.5. Adequação Orçamentária**

- 12.3.5.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Serviço de Água e Esgoto do Município de Araras deste exercício.

**12.3.5.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**I)** Fonte de Recursos: 04

**II)** Gestão/Unidade: 03.01.04.

**III)** Elemento de Despesa: 4.4.90.52.39.00.00 (554)

**12.3.5.3.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Araras, 01 de julho de 2025.

---

**Orlando Roberto Cabrini**  
**Divisão de Redes de Água**